



Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25 / CEP: 86660-290 / Apucarana - Paraná



PROJETO DE LEI Nº. 014/2023

Súmula:- Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.295.000,00 (nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil reais), conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, OBEDECENDO AO DISPOSTO NO INCISO V, ARTIGO 55 DA LEI ORGÂNICA, SANCIONO A SEGUINTE:-

L E I

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.295.000,00 (nove milhões, duzentos e noventa e cinco mil reais), para reforço de dotações do orçamento vigente (Lei Municipal nº 93 de 08 de novembro de 2022), como segue:-

02 – Poder Executivo	
02.004 – Secretaria de Gestão Pública	
0028.0846.0004.0004 - Indenizações, Restituições e Obrigações Tributárias	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(308) 333904700 – Obrigações tributárias e contributivas	500.000,00
02.003 – Procuradoria Geral	
0028.0846.0003.0003 - Pagamentos de Sentenças Judiciais	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(79) 331909100 – Sentenças judiciais	2.000.000,00
02.016 – Secretaria de Saúde	
0010.0302.0060.2161 - Obras e Instalações	
Fonte de Recursos: 303 - Saúde/ Percentual Próprio	
(351) 344905100 – Obras e instalações	6.000.000,00
14 – Fundo Municipal de Assistência Social	
14.001 – Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0009.2144 - Proteção Social Básica	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(178) 333903200 – Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	500.000,00





Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 75 | CEP: 86100-000 | Apucarana - Paraná



0008.0244.0009.2145 – Proteção Social Especial	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(323) 333904800 – Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	295.000,00
TOTAL	9.295.000,00

Art. 2º

Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão canceladas dotações de igual valor do Orçamento vigente, a saber:

02 – Poder Executivo	
02.011 – Secretaria de Obras	
0015.0451.0011.2112 – Pavimentações, Drenagens e Duplicações de Vias	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(338) 344905100 – Obras e instalações	3.000.000,00
0015.0451.0011.2115 – Obras e instalações	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(345) 344905100 – Obras e instalações	3.250.000,00
0027.0812.0011.2113 – Obras e instalações no Desporto e Lazer	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(341) 344905100 – Obras e instalações	500.000,00
(385) 344905200 – Equipamentos e material permanente	500.000,00
02.004 – Secretaria de Gestão Pública	
0004.0122.0004.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão Pública	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(359) 344905200 – Equipamentos e material permanente	200.000,00
(247) 333903900 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	350.000,00
02.005 – Secretaria da Fazenda	
0004.0123.0005.2005 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Fazenda	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(248) 333903900 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	700.000,00
02.013 – Secretaria de Serviços Públicos	
0015.0452.0013.2013 – Manutenção e Expansão nos Serviços Públicos Municipais	
Fonte de Recursos: 0 – Recursos Ordinários (Livres)	
(392) 344905200 – Equipamentos e material permanente	795.000,00
TOTAL	9.295.000,00





Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 35 | CEP: 86908-280 / Apucarana - Paraná



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Município de Apucarana, em 13 de fevereiro de 2023.



Assinado eletronicamente por:
SEBASTIÃO FERREIRA
MARTINS JÚNIOR
978.239.349-49

Assinatura digital armazenada com certificado digital não ICP-Brasil

Sebastião Ferreira Martins Júnior
(Júnior da Femac)
Prefeito Municipal

Encaminhado à comissão de JUSTIÇA,
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO para emitir
parecer ____/____/____

PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de FINANÇAS,
ECONOMIA E ORÇAMENTO para emitir
parecer ____/____/____

PRESIDENTE

Encaminhado à comissão de EDUCAÇÃO,
CULTURA, ESPORTES, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
para emitir parecer ____/____/____

PRESIDENTE

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 13/02/2023 21:29:43 (R-43)
PARA CONFIRMAÇÃO DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://atmos.net/posuad/ee8ee6>





Prefeitura do Município de Apucarana

Gabinete do Prefeito - Atos Oficiais

Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25 / CEP: 86600-206 / Apucarana - Paraná



II - para Municípios:

b) de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para Municípios das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35 % (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida.

As despesas com obras e instalações atenderão os investimentos planejados e integrados nas ações governamentais, onde proporcionarão o provisionamento da estrutura pública aos Municípios. Adotadas ao programa de governo, busca-se a suplementação nas dotações de capital do orçamento, (Lei Orçamentária Anual), para a consecução dos objetivos propostos.

A dotação *Material para Distribuição Gratuita* está no rol do Elenco de Contas determina o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para o registro orçamentário. Esta dotação do Fundo Municipal de Assistência Social é relacionada aos programas Assistenciais do Município com intuito de atender a população diante da especificidade de cada grupo. Esta por sua vez contempla o fornecimento de cestas-básicas à população carente, cuja demanda social foi potencializada durante a Pandemia de *Novo coronavírus*. Assim, o reforço de dotação é imprescindível, haja vista a manutenção deste serviço com recursos próprios do Município.

Por fim, se pleiteia a autorização para abertura de Crédito Adicional, está disposta no Elenco de Contas determina o Tribunal de Contas do Estado do Paraná para registro como: *Outras auxílios financeiros a pessoas físicas*. Nesta busca o reforço de dotação para cobertura do subsídio do Município em razão do aumento do número de famílias ingressas no **Programa Família Guardiã de Guarda Subsidiada**, de acordo com a Lei Municipal 68/2021, em seu Art. 5º:

"Art. 5º O subsídio fica estabelecida no valor de 75% de um salário-mínimo federal vigente e 01 (uma) cesta básica mensal, por criança atendida, observando para efeitos de pagamento a proporcionalidade em relação ao período de efetiva acolhimento de criança ou adolescente sob guarda. Sendo que, 5% do valor do salário recebido, será depositado em conta poupança para criança ou adolescente, o qual poderá ser resgatado pelo mesmo a partir dos 18 (dezoito) anos de idade."

(...)

Agrega-se às fundamentações assinaladas, a análise de que gestão orçamentária que possui em seu núcleo, a fixação de despesa e estimativa de receita. Neste contexto, o crédito adicional, por sua vez, tem por finalidade a **função de ajuste, da readequação**, promovendo a inteligência do equilíbrio orçamentário no curso de sua execução.





Ademais, sob o amparo legal, importante destacar que na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais, conforme prevê o art. 42^o, da Lei Federal nº 4.320/64², bem como o §8^o do art. 165 da Constituição da República³.

Em último exame, o *Executivo Municipal*, sob a luz da Legislação vigente, bem como, das considerações supramencionadas, vem respeitosamente perante os Senhores Vereadores, solicitar, após deliberação, a **efetivação desta Propositura em Lei**.

Por essas razões que amparam a propositura e demonstram o relevante interesse público de que se reveste, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa e na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Edis nossos protestos de apreço e consideração.



² Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

³ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 8^o A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

